



**CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 720/2021
PROJETO DE LEI Nº 796/2019
AUTORIA: DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA**

Altera dispositivos da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, que autoriza o afastamento de servidora pública que possua filho(a) portador(a) de deficiência e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º A ementa da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Autoriza o afastamento de servidores públicos que sejam genitores, detentores da guarda ou responsáveis por pessoas com deficiência e dá outras providências.”

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Os servidores públicos que sejam genitores, detentores da guarda ou responsáveis por pessoa com deficiência que lhe torne incapaz, terão sua carga horária de trabalho reduzida em 50% (cinquenta por cento), sem redução ou prejuízo nos seus vencimentos ou perda de gratificações.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 1º fica renumerado como § 1º e passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Para Fins do disposto no *caput* do art. 1º deverão receber tratamento da presente lei, genitores, guardiões ou responsáveis por pessoas com deficiências classificadas como Síndrome de Down, Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e Doenças Raras, que requeiram atenção especial e permanente ou estejam em tratamento educacional ou terapêutico.”

Art. 4º Fica acrescido o § 2º ao art. 1º, que terá a seguinte redação:

“§ 2º Nas hipóteses em que ambos os genitores, guardiões ou responsáveis por pessoas com deficiência sejam servidores, os benefícios previstos no caput e no parágrafo antecedente não serão concedidos simultaneamente a mais de um servidor, salvo a existência de mais de uma pessoa na condição que trata o caput do art. 1º desta Lei, ou outra necessidade extraordinária devidamente comprovada na apresentação do requerimento a que se refere o art. 2º.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 7.147/2002 e as demais disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”,
João Pessoa, 05 de abril de 2021.


ADRIANO GALDINO
Presidente